

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.424.488 - SP (2019/0001659-5)**

AGRAVANTE : CALPAR EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES  
EIRELI  
ADVOGADOS : GUSTAVO SCUDELER NEGRATO - SP183397  
LEONARDO SCUDELER NEGRATO - SP221412  
CRISTIANE MARIA CAMPOS CONTI - SP209171  
AGRAVADO : MUNICÍPIO DE INDAIATUBA  
PROCURADORE : CLEBER GOMES DE CASTRO E OUTRO(S) - SP140217  
S  
MARY TERUKO IMANISHI HONO - SP114427

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por CALPAR EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EIRELI, contra decisão que inadmitiu o recurso especial fundado no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, objetivando reformar o acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO – Execução fiscal – IPTU – Exercício de 2009. Pedido de penhora deferido. Decisão que considerou a executada devidamente citada pela juntada de procuração de seus Advogados aos autos. Sucessivos pedidos de vista e devolução de prazo pelos patronos da executada.

Hipótese que revela conhecimento da ação. Configuração de comparecimento espontâneo, nos termos do artigo 214, § 1º do CPC/73. Precedente do STJ. Prescrição intercorrente. Não configuração. Morosidade no andamento do feito que não decorreu de inércia da exequente. Recurso não provido.

Na origem, trata-se de execução fiscal cujo valor da causa, em novembro de 2010, era de R\$ 33.527,03 (trinta e três mil, quinhentos e vinte e sete reais e três centavos).

Em sede de decisão interlocutória, o juízo de piso reputou a executada citada consignando que foi juntado *"instrumento de procuração ad judicia, na qual há identificação inequívoca deste processo, de forma afastar qualquer dúvida a respeito do conhecimento da execução pela executada"*. Aduziu, ainda, que houve peticionamento *"quase três anos após ter recebido poderes para representar a executada nestes autos. Admitir o contrário, é permitir que manobras protelatórias, na busca de reconhecimento de prescrição intercorrente da ação executiva, sejam perpetradas contra o Fisco e, por conseguinte, contra o erário público"*. Na ocasião, deferiu a penhora sobre imóvel da executada.

Em julgamento de agravo de instrumento o tribunal *a quo*

consignou que *"a hipótese dos autos revela que a executada possuía conhecimento do processo, o que configura comparecimento espontâneo"*. Afirmou ainda que *"Ao comparecer aos autos por mais de uma vez, requerendo vista e devolução de prazo, a executada causou verdadeiro tumulto processual, porquanto impediu o regular andamento do feito. (...) Nesse quadro, não há que se falar em prescrição, pois a morosidade no andamento do feito não decorreu de inércia da exequente"*.

Os embargos de declaração interpostos foram improvidos.

No recurso especial, o recorrente aponta violação ao arts. 489, § 1º, II, IV e V, e 1.022, II, todos do CPC/2015. Sustenta, em síntese, que o tribunal *a quo* foi omissivo ao não se manifestar (i) sobre o fato de a procuração constante dos autos não outorgar poderes especiais para receber citação, o que comprovaria que a recorrente não tinha ciência inequívoca da execução fiscal e (ii) sobre a existência de prescrição intercorrente.

Alega, ainda, malferimento ao art. 214, § 1º do CPC/73 e ao art. 174 do CTN, afirmando que não houve comparecimento espontâneo apto a suprir a ausência de citação e que o fisco exequente foi desidioso, permitindo que se consumasse a prescrição intercorrente.

Aponta dissídio jurisprudencial.

Apresentadas contrarrazões pela manutenção do acórdão recorrido.

O recurso especial foi inadmitido com base no óbice da Súmula 7/STJ.

No presente agravo, o recorrente apresenta argumentos objetivando rebater os fundamentos apresentados pelo julgador.

É o relatório. Decido.

Considerando que o agravante, além de atender aos demais pressupostos de admissibilidade deste agravo, logrou impugnar a fundamentação da decisão agravada, passo ao exame do recurso especial interposto.

Em relação à indicada violação aos arts. 489, § 1º, II, IV e V, e 1.022, II, todos do CPC/2015, não se vislumbra a alegada omissão das questões jurídicas apresentadas pelo recorrente, quais sejam (i) o fato de a procuração constante dos autos não outorgar poderes especiais para receber citação, o que comprovaria que a recorrente não tinha ciência inequívoca da execução fiscal e (ii) a existência de prescrição intercorrente.

Isso porque, o julgador abordou as questões às fls. 101 e 103, consignando que *"Conquanto referido instrumento não confira poderes específicos para receber citação, a hipótese dos autos revela que a executada possuía conhecimento do processo, o que configura comparecimento espontâneo, nos termos do artigo 214, § 1º do CPC/73, vigente à época"* e que

*"Ao comparecer aos autos por mais de uma vez, requerendo vista e devolução de prazo, a executada causou verdadeiro tumulto processual, porquanto impediu o regular andamento do feito. (...) Nesse quadro, não há que se falar em prescrição, pois a morosidade no andamento do feito não decorreu de inércia da exequente."*

Nesse panorama, a oposição dos embargos declaratórios caracterizou, tão somente, a irresignação do embargante diante de decisão contrária a seus interesses, o que não viabiliza o referido recurso.

Descaracterizada a alegada omissão, tem-se de rigor o afastamento da suposta violação do art. 1.022, II, do CPC/2015, conforme pacífica jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/2015. INOCORRÊNCIA. BENEFÍCIO DE GRATUITA DA JUSTIÇA. DECLARAÇÃO DE POBREZA. COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE DE ARCAR COM AS CUSTAS DO PROCESSO. MULTA. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. ART. 4º, §1º, DA LEI 1.060/50. REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Não havendo no acórdão recorrido omissão, obscuridade ou contradição, não fica caracterizada ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015.

2. O reexame de matéria de prova é inviável em sede de recurso especial (Súmula 7/STJ).

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1.625.513/SC, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 2/2/2017, DJe 8/2/2017).

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE QUAISQUER DOS VÍCIOS DO ART. 1.022 DO CPC/2015. REDISSCUSSÃO DE QUESTÕES DECIDIDAS. IMPOSSIBILIDADE. INAPLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE RECURSAL. ERRO GROSSEIRO.

1. De acordo com a norma prevista no art. 1.022 do CPC/2015, são cabíveis embargos de declaração nas hipóteses de obscuridade, contradição ou omissão da decisão recorrida.

2. No caso, não se verifica a existência de quaisquer das deficiências em questão, pois o acórdão embargado enfrentou e decidiu, de maneira integral e com fundamentação suficiente, toda a controvérsia posta no recurso.

3. Configura erro grosseiro a interposição de agravo regimental em face de decisão colegiada, de modo que não é cabível a aplicação do princípio da fungibilidade recursal para conhecer do recurso como embargos de declaração.

4. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no AgRg no AgRg no REsp 958.813/RS, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 2/2/2017, DJe 13/2/2017).

Quanto ao mérito, verifica-se que a irresignação do recorrente, acerca da existência de citação válida, vai de encontro às convicções do julgador *a quo* que, com lastro no conjunto probatório constante dos autos, assim decidiu: *"a hipótese dos autos revela que a executada possuía conhecimento do processo, o que configura comparecimento espontâneo, nos termos do artigo 214, § 1º do CPC/73, vigente à época."*

Dessa forma, para rever tal posição e interpretar os dispositivos legais indicados como violados, seria necessário o reexame desses mesmos elementos fático-probatórios, o que é vedado no âmbito estreito do recurso especial. Incide na hipótese a Súmula n. 7/STJ.

No mesmo sentido, destacam-se os seguintes julgados:

PROCESSUAL CIVIL. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AUSÊNCIA DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO. MULTA REFERENTE À OBRIGAÇÃO DE FAZER. CITAÇÃO. COMPARECIMENTO ESPONTÂNEO. CITAÇÃO SUPRIDA. PRETENSÃO DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO CONHECIDA. VALOR DA MULTA. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO.

1. A alegação genérica de violação do art. 535 do Código de Processo Civil, sem explicitar os pontos em que teria sido omissa o acórdão recorrido, atrai a aplicação do disposto na Súmula 284/STF.

2. O Tribunal a quo decidiu, com base nos elementos de convicção dos autos, que, após a fixação da multa, a CEDAE ingressou nos autos diversas vezes, de modo que o comparecimento espontâneo do réu supriu a falta de citação. Insuscetível de revisão nesta via recursal por demandar apreciação de matéria fática, obstada pela súmula 7 desta Corte de Justiça.

3. Impõe-se o não conhecimento do recurso especial por ausência de prequestionamento, entendido como o necessário e indispensável exame da questão pela decisão atacada, apto a viabilizar a pretensão recursal. Incidência da Súmula 211/STJ. Agravo regimental improvido.

(AgRg no REsp 1563015/RJ, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/12/2015, DJe 10/02/2016)

PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAL E MATERIAL. PROCESSUAL CIVIL. REVELIA RECONHECIDA ANTE A INEXISTÊNCIA DE RESPOSTA. RECURSO DA RÉ SOB O FUNDAMENTO DE INEXISTÊNCIA DE CITAÇÃO. COMPARECIMENTO ESPONTÂNEO DA RÉ COM A JUNTADA DE PROCURAÇÃO E ATOS CONSTITUTIVO SUPRE A FALTA DE CITAÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ.

1. É consabido que o recurso especial não é a via adequada para o reexame de questão que demanda o revolvimento de fatos e provas ante o teor da Súmula 7 do STJ.

2. No caso, a decisão prolatada pelo Tribunal a quo fundou-se em matéria fático-probatória - comparecimento espontâneo supre a falta de citação - em sentido diverso do pretendido pela recorrente.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 509.521/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 24/06/2014, DJe 04/08/2014)

Do mesmo modo, no tocante à ocorrência de prescrição intercorrente, a argumentação do recorrente também vai de encontro às convicções do julgador *a quo* que, com lastro no conjunto probatório constante dos autos, assim decidiu: *"Por outro lado, também descabida a alegação de prescrição intercorrente. Ao comparecer aos autos por mais de uma vez, requerendo vista e devolução de prazo, a executada causou verdadeiro tumulto processual, porquanto impediu o regular andamento do feito, como bem anotou o Juízo: "Admitir o contrário é permitir que manobras protelatórias, na busca de reconhecimento de prescrição intercorrente da ação executiva, sejam perpetradas contra o Fisco e, por conseguinte, contra o erário público". Somente após o decurso do prazo requerido pela executada foi aberta vista ao Município. Nesse quadro, não há que se falar em prescrição, pois a morosidade no andamento do feito não decorreu de inércia da exequente."*

Assim sendo, para rever tal posição e interpretar os dispositivos legais indicados como violados, seria necessário o reexame desses mesmos elementos fático-probatórios, o que é vedado no âmbito estreito do recurso especial. Incide na hipótese a Súmula n. 7/STJ.

No mesmo sentido, destacam-se os seguintes julgados:

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. INÉRCIA DA EXEQUENTE. CONSTATAÇÃO. SÚMULA 7 DESTA CORTE. INCIDÊNCIA.

1. O Superior Tribunal de Justiça tem entendido que "requerimentos para realização de diligências que se mostraram infrutíferas em localizar o devedor ou seus bens não suspendem nem interrompem o prazo de prescrição intercorrente." (EDcl no AgRg no AREsp 594.062/RS, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 19/03/2015, DJe 25/03/2015).

2. Dissentir da conclusão consignada no Tribunal de origem acerca da existência de inércia da Fazenda Pública, para fins de ocorrência de prescrição intercorrente, demanda necessário revolvimento de matéria fática, o que é vedado em sede do especial, em face do óbice da Súmula 7 desta Corte. Precedentes.

3. Recurso Especial não provido.

(REsp 1732716/MT, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/05/2018, DJe 02/08/2018)

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC/73. ALEGAÇÕES GENÉRICAS.

SÚMULA 284/STF. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. INÉRCIA DA PARTE CREDORA.

VERIFICAÇÃO. REDISCUSSÃO DE MATÉRIA FÁTICA. NECESSIDADE. SÚMULA 7/STJ. INCIDÊNCIA. 1. É deficiente a fundamentação do recurso especial em que a alegação de ofensa ao art. 535 do CPC/73 se faz de forma genérica, sem a demonstração exata dos pontos pelos quais o acórdão se fez omissa, contraditório ou obscuro. Aplica-se, na

hipótese, o óbice da Súmula 284 do STF.

2. A alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem, acerca da verificação de inércia da parte credora e da ocorrência de prescrição intercorrente, tal como proposta pela recorrente, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1628279/RS, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 28/11/2017, DJe 05/12/2017)

Quanto à alegada divergência jurisprudencial, verifico que a incidência do óbice sumular n. 7/STJ impede o exame do dissídio, na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados.

Nesse sentido, destaco:

ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. HEPATITE C. INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL E MORAL. AUSÊNCIA DE NEXO DE CAUSALIDADE. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. SÚMULA 7/STJ.

1. O Tribunal a quo, procedendo com amparo nos elementos de convicção dos autos, entendeu que não há nexo causal entre a conduta dos agentes públicos e os danos sofridos pelos ora agravantes, e que estes não trouxeram provas para corroborar o que alegou.

2. Não é cabível em Recurso Especial o exame de questões que demandam o revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, em vista do óbice da Súmula 7 do STJ.

3. A incidência da Súmula 7/STJ impede o exame de dissídio jurisprudencial, na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual deu solução à causa a Corte de origem.

4. Agravo Interno não provido.

(AgInt no REsp n. 1.612.647/RJ, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 16/2/2017, DJe 7/3/2017.)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AÇÃO RESCISÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO - INSURGÊNCIA DA AUTORA.

1. A reforma do acórdão recorrido, no sentido de se entender pela falsidade da prova pericial, da existência de documento novo e da ocorrência de erro de fato, demandaria necessário revolvimento de matéria fática, prática vedada pela Súmula 7/STJ.

2. A incidência da Súmula 7 do STJ impede o exame do dissídio, na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual deu solução a causa a Corte de origem.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp n. 638.513/SP, Rel. Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, julgado em 9/3/2017, DJe 15/3/2017.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, *a* e *b*, do RISTJ, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa parte, negar-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 06 de março de 2019.

**MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**

Relator

